

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2025 e 2024**

Com relatório dos auditores independentes

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	05
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	07
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	08
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	09

NOTAS EXPLICATIVAS

1	CONTEXTO OPERACIONAL	10
2	SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	11
3	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	12
4	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	13
5	CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	16
6	IMOBILIZADO	18
7	INTANGÍVEL	21
8	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	22
9	EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	24
10	TRIBUTOS A RECOLHER	26
11	TRIBUTOS DIFERIDOS	27
12	PROVISÕES PARA LITÍGIOS	27
13	OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	29
14	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
15	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	32
16	COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CCEE	33
17	PESSOAL E ADMINISTRADORES	33
18	RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	34
19	REVISÃO E RÉAJUSTE TARIFÁRIOS	35
20	CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS	38
21	CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	44
22	CONCILIAÇÃO DO PREJUÍZO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	44
23	EVENTOS SUBSEQUENTES	44



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de março de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 29 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F


Nathália Araújo Domingues
Contadora CRC CE-020833/O

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9,2	42.214	85.029	Fornecedores	20	1.200.724	1.369.165
Consumidores	5	2.026.245	1.833.219	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	1.015.158	264.609
Concessionárias e permissionárias	5	44.506	34.200	Obrigações sociais e trabalhistas		57.881	70.783
Serviços em curso		84.250	48.538	Benefício pós emprego	20	2.603	2.437
Tributos compensáveis		839.991	874.033	Tributos a recolher	10	336.448	173.881
Almoarifado operacional		70.248	18.351	Provisões para litígios	12	770.305	-
Depósitos judiciais e cauções	12	9.478	-	Encargos setoriais		47.091	61.997
Investimentos temporários	9,2	718.835	1.132.207	Passivos financeiros setoriais	8	802.399	1.127.127
Ativos financeiros setoriais	8	1.233.042	751.812	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		367.877	204.611
Despesas pagas antecipadamente		18.126	695	Instrumentos financeiros derivativos	9,3	1.154	1.723
Ativos de operação descontinuada e bens destinado a alienação		82	82	Outros passivos circulantes	20	859.393	644.843
Instrumentos financeiros derivativos	9,3	-	909	Total do passivo circulante		5.461.033	3.921.176
Outros ativos circulantes		580.181	353.932				
Total do ativo circulante		5.667.198	5.133.007	Não circulante			
Não circulante				Fornecedores	20	-	58.012
Consumidores	5	63.418	65.247	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	13.934.278	11.882.610
Serviços em curso		62.357	65.889	Benefício pós emprego	20	182.558	151.121
Tributos compensáveis		1.353.150	1.682.816	Tributos a recolher	10	22.765	38.695
Depósitos judiciais e cauções	12	158.891	170.708	Provisões para litígios	12	1.329.410	1.708.394
Investimentos temporários	9,2	30.749	27.506	Encargos setoriais		152.002	106.209
Tributos diferidos	11	2.899.718	2.666.112	Tributos diferidos	11	803.214	802.917
Ativos financeiros setoriais	8	617.691	261.642	Passivos financeiros setoriais	8	370.976	347.018
Despesas pagas antecipadamente		2.053	-	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	1.185.992	1.537.807
Bens e Direitos para Uso Futuro		926	926	Instrumentos financeiros derivativos	9,3	185.439	164.940
Instrumentos financeiros derivativos	9,3	34.888	33.194	Outros passivos não circulantes	20	92.642	73.068
Outros ativos não circulantes		651.815	748.962	Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	13	1.906.413	2.039.458
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		2.797.273	2.938.307	Total do passivo não circulante		20.165.689	18.910.249
Imobilizado	6	15.701.596	14.010.343	Patrimônio líquido			
Intangível	7	685.312	614.297	Capital social	14	5.664.952	5.664.952
Total do ativo não circulante		25.059.837	23.285.949	Reserva de capital		3.512.421	3.511.744
				Outros resultados abrangentes		842.038	919.080
				Prejuízos acumulados		(4.919.098)	(4.508.245)
				Total do patrimônio líquido		5.100.313	5.587.531
Total do Ativo		30.727.035	28.418.956	Total do passivo e patrimônio líquido		30.727.035	28.418.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de real)



	Nota	2025	2024
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso	15	14.955.102	12.923.219
Fornecimento de energia elétrica		10.887.989	10.038.485
Suprimento de energia elétrica		374.546	234.626
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		1.249.098	1.035.835
Ativos e passivos financeiros setoriais		1.396.426	942.081
Serviços cobráveis		9.317	8.291
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		1.037.726	663.901
Tributos		(3.230.746)	(2.923.192)
ICMS		(2.045.312)	(1.838.446)
PIS-PASEP		(211.367)	(193.495)
COFINS		(973.569)	(891.251)
ISS		(498)	-
Encargos - Parcela "A"		(1.859.059)	(1.372.858)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(49.326)	(43.136)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(49.326)	(43.136)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(1.712.686)	(1.396.541)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(14.908)	(13.371)
Outros encargos		(32.813)	123.326
Receita líquida / Ingresso líquido		9.865.297	8.627.169
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(5.877.639)	(5.190.991)
Energia elétrica comprada para revenda		(4.478.151)	(3.800.397)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(1.399.488)	(1.390.594)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		3.987.658	3.436.178
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(2.715.176)	(2.354.186)
Pessoal e administradores	17	(249.115)	(180.212)
Material		(64.030)	(86.565)
Serviços de terceiros		(912.164)	(978.371)
Arrendamento e aluguéis		(8.304)	(8.221)
Seguros		(1.950)	(1.768)
Doações, contribuições e subvenções		(6.289)	(6.443)
Provisões		(546.188)	(114.403)
Perdas na alienação de bens e direitos		(243.676)	(479.608)
(-) Recuperação de despesas		21.016	20.794
Tributos		(11.065)	(8.734)
Depreciação e amortização		(718.277)	(450.247)
Gastos diversos		(192.953)	(301.783)
Outras receitas operacionais		280.622	152.378
Outras despesas operacionais		(62.803)	88.997
Resultado da Atividade		1.272.482	1.081.992
Resultado Financeiro		(2.082.584)	(1.331.487)
Despesas financeiras		(2.924.802)	(1.956.283)
Receitas financeiras		842.218	624.796
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(810.102)	(249.495)
Despesa com impostos sobre o lucro		234.010	488.643
Despesa com impostos sobre o lucro corrente	18	(52.344)	(6.054)
Despesa com impostos sobre o lucro diferido	18	286.354	494.697
Resultado líquido do exercício		(576.092)	239.148
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		(575.937)	239.062
Acionistas não controladores		(155)	86
Resultado por ação			
Básico - resultado do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		(2,03518)	0,84485
Diluído - resultado do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		(2,03518)	0,84485
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do exercício (em milhares de ações)		283.067	283.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de real)

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(576.092)	239.148
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos	(110.674)	(54.941)
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	33.632	(61.678)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(77.042)	(116.619)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(653.134)	122.529
Acionistas controladores	(652.958)	122.485
Acionistas não controladores	(176)	44
Total dos resultados abrangentes	(653.134)	122.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)



	<u>Outros resultados abrangentes</u>					<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Outros</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.664.952	3.509.456	37.601	998.098	(4.802.334)	5.407.773
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos	-	-	-	(9.937)	9.937	-
Reavaliação compulsória regulatória	-	-	-	(45.004)	45.004	-
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	-	-	(61.678)	-	-	(61.678)
Valor justo das opções de compra - <i>Vesting period</i>	-	2.288	-	-	-	2.288
Lucro do exercício	-	-	-	-	239.148	239.148
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.664.952	3.511.744	(24.077)	943.157	(4.508.245)	5.587.531
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos	-	-	-	(11.281)	11.281	-
Reavaliação compulsória regulatória	-	-	-	(99.393)	153.958	54.565
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	-	-	33.632	-	-	33.632
Valor justo das opções de compra - <i>Vesting period</i>	-	677	-	-	-	677
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(576.092)	(576.092)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.664.952	3.512.421	9.555	832.483	(4.919.098)	5.100.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(576.092)	239.148
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalente de caixa		
Amortização/Depreciação	621.068	450.247
Encargos, juros e variações monetárias	1.564.206	1.445.497
Baixas no intangível/ ativo imobilizado	242.479	352.404
Ativos/passivos financeiros setoriais	(1.442.210)	(896.282)
Provisão para litígios	909.865	53.876
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(76.147)	64.249
Encargos financeiros sobre componentes financeiros de créditos incobráveis	61.510	-
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	(195.130)	20.088
Imposto de renda e contribuição social	52.344	6.054
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(286.354)	(494.697)
Ajuste a valor presente	5.117	13.478
Baixa de recebíveis incobráveis	28.985	(5.758)
Atualização do PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores	(46.976)	(201.249)
Provisão e atualização de encargos setoriais	103.000	93.129
Rendimentos de investimentos temporários	(95.794)	(146.389)
Obrigações Pós-Emprego	20.457	17.937
Encargos de geração distribuída	-	4.976
Perda com instrumentos derivativos	185.074	(41.516)
Valor justo das opções de compra	6.544	5.330
Subtotal	1.081.946	980.522
Redução (aumentos) de ativos		
Consumidores	(61.604)	2.073
Concessionários e permissionárias	(10.306)	(5.469)
Almoxarifado operacional	(51.897)	9.432
Tributos compensáveis	(37.224)	(121.464)
Serviços em curso	(32.180)	(27.618)
Encargos setoriais a compensar	-	7.578
Despesas pagas antecipadamente	(19.484)	210
Depósitos vinculados a litígios	2.339	(6.757)
Outros	(133.819)	97.785
Subtotal	(344.175)	(44.230)
Redução (aumentos) de passivos		
Fornecedores	(263.030)	(414.333)
Benefício e obrigações pós emprego	(17.482)	(16.919)
Tributos a recolher	649.030	637.477
Tributos diferidos	(57.440)	64.315
Obrigações sociais e trabalhistas	(204.670)	(117.583)
Provisão para litígios	(447.686)	(419.634)
Encargos setoriais	(72.113)	(98.686)
Passivos financeiros setoriais	8.783	3.212
Outros passivos	228.261	299.898
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(176.347)	(62.253)
Rendimentos de investimentos temporários	105.051	146.389
Juros pagos	(1.378.653)	(1.284.376)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(712.178)	(263.948)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo imobilizado	(2.166.631)	(1.757.161)
Aquisições no ativo intangível	(160.750)	(139.167)
Obrigações vinculadas a concessão	56.604	88.490
Resgates (aplicações) financeiras	400.872	(301.052)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.869.905)	(2.108.890)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.890.812)	(5.608.188)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	4.431.310	7.640.538
Amortização do passivo de arrendamento	(1.230)	(6.464)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	2.539.268	2.025.886
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(42.815)	(346.952)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	85.029	431.981
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	42.214	85.029
	(42.815)	(346.952)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1 Contexto operacional

A Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (Companhia ou Equatorial Goiás) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria "B". Domiciliada no Brasil, com sede na Rua 2, 505, Bairro Jardim Goiás, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (Equatorial Participações), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é concessionária de serviço público de energia elétrica no segmento de distribuição que abrange todo o Estado de Goiás com 340.243 km²(*), atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 3.521.704(*) consumidores em 237 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação. Não auditado.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000-ANEEL de 25 de agosto de 2000, publicado em 30 de setembro 2015, a Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de 7 de julho de 2015, abrangendo uma área de 237 municípios.

O 8º Termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000-ANEEL, celebrado em 23 de fevereiro de 2023, formalizou a transferência de controle social da Companhia para a Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Ao término do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio do Poder Concedente, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados mediante auditoria da ANEEL. Os ativos de infraestrutura utilizados na distribuição de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

1.2 Continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração fez avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. A Companhia, em 31 de dezembro de 2025, apresentou prejuízo de R\$ 576.092 (lucro de R\$ 239.148 em 31 de dezembro de 2024), prejuízo acumulado de R\$ 4.919.098 (R\$ 4.508.245 em 31 de dezembro de 2024), capital circulante líquido positivo no valor de R\$ 206.165 (R\$ 1.211.831 em 31 de dezembro de 2024). O resultado da atividade da Companhia totalizou R\$ 1.272.482 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.081.992 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração da Companhia vem revertendo este cenário com planos de reavaliação de contratos (curto e médio prazo), renegociando com fornecedores para equilíbrio de preços no padrão de gestão da Equatorial, revisão de procedimentos e processos para ganho de eficiência com as demais empresas do Grupo, além de uma política de alongamento de pagamentos e renegociação de débitos anteriores. Adicionalmente, a Equatorial está reavaliando os investimentos herdados da antiga controladora e a maximização de novos investimentos para formação de base de remuneração líquida.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- Atuação no plano de melhoria e expansão da rede, que se iniciou em 2023, manteve-se ao longo do ano de 2024 e 2025, e que continuará em 2026, com o objetivo de realizar investimentos que melhorem a qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica aos clientes e atendam as necessidades de expansão do sistema elétrico do Estado de Goiás. Os investimentos visam atender aos pedidos de ligação de clientes, garantir aumento de receita e reduzir os indicadores coletivos de continuidade do sistema elétrico, e por conseguinte, diminuição dos desembolsos por penalidades de descontinuidade do sistema elétrico; e
- Atuação em planos de combate as perdas de energia e de ações de cobrança (cortes, renegociação, entre outros), buscando maximizar a receita, recuperar créditos e aumentar o caixa da Companhia.

A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (Custos da Parcela A); e (2) uma parcela de custos operacionais (Custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. A ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis Regulatórias determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 20 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Companhia em 29 de abril de 2026.

4 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas na nota explicativa nº 3 emitidas em 25 de março de 2026, exceto ao CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, OCPC 05 – Contrato de concessão, ICPC 01(R1) – Contrato de Concessão e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Ativos e passivos financeiros setoriais

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Companhia contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão.

Os ativos e passivos financeiros setoriais serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

4.2 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2023. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.3 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Companhia tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.4 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando aplicada, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.5 Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos da União, Estado e Município consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

4.6 Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2023, com base em Laudo de Reavaliação aprovado em Assembleia Extraordinária ocorrida em 22 de outubro de 2023 e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 30 de abril de 2023.

4.7 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



5 Consumidores, concessionárias e permissionárias

5.1 Composição das Contas a Receber

Descrição - R\$ Mil	Valores correntes							Valores renegociados										2025	2024
	Contas a vencer		Corrente vencida					Provisão p/ devedores duvidosos	Renegociada a vencer			Renegociada Vencida					Provisão p/ devedores duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias (a)	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	(-) Ajuste a Valor Presente	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Fornecimento de energia	1.429.762	230	343.801	105.232	39.810	54.949	285.625	(316.592)	37.811	162.911	(32.063)	11.468	9.757	9.441	15.319	161.013	(184.305)	2.134.169	1.932.666
Residencial	437.853	100	238.227	63.311	23.634	35.942	158.115	(160.359)	15.725	23.463	(1.007)	4.493	4.832	5.055	9.253	79.832	(84.819)	853.650	782.221
Industrial	15.920	1	8.089	2.306	757	901	20.430	(13.716)	1.989	3.587	(386)	260	1.123	834	600	3.274	(4.475)	41.494	45.927
Comercial	97.450	48	43.706	14.765	7.223	9.114	51.086	(48.697)	5.642	16.689	(1.643)	1.284	1.727	2.167	3.287	25.451	(28.600)	200.699	196.062
Rural	88.514	65	33.787	20.406	5.741	4.867	31.078	(32.595)	4.804	7.867	(315)	1.069	1.061	706	1.097	11.325	(12.933)	166.544	135.050
Poderes Públicos	45.181	16	10.459	2.185	891	913	6.063	(6.638)	4.321	50.835	(16.979)	1.274	701	477	701	37.738	(42.880)	95.258	97.789
Iluminação Pública	34.804	-	6.584	1.212	1.302	2.658	14.165	(3.684)	3.971	58.270	(11.316)	2.762	256	174	333	3.297	(10.032)	104.756	111.206
Serviço Público	31.822	-	2.949	1.047	262	554	4.688	(17.510)	1.359	2.200	(417)	326	57	28	48	96	(566)	26.943	28.098
Serviço Taxado	32.637	-	-	-	-	-	-	(15.904)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.733	19.742
Fornecimento Não Faturado	569.938	-	-	-	-	-	-	(10.057)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	559.881	447.063
(-) Arrecadação Processo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Classif. e Outros	2.642	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.642	35.308
Outros	54.414	-	-	-	-	-	-	(7.432)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.982	34.039
Suprimento de energia	18.587	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.587	161
Total	1.429.762	230	343.801	105.232	39.810	54.949	285.625	(316.592)	37.811	162.911	(32.063)	11.468	9.757	9.441	15.319	161.013	(184.305)	2.134.169	1.932.666

5.2 Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

5.2.1 Critérios

A Companhia adota metodologia de estimativa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base no risco de crédito dos valores a receber, segregados por faixa de atraso (*aging list*). A estimativa considera a experiência histórica de perdas, apurada a partir do histórico de recebimento dos últimos cinco anos e do contas a receber dos 36 meses anteriores, resultando em uma matriz de provisão que reflete o comportamento de pagamento e a inadimplência dos consumidores.

Parcelamentos relevantes com garantias contratuais são avaliados individualmente quanto ao risco de crédito e submetidos à governança da alta administração. Os ativos financeiros sem expectativa razoável de recuperação são baixados do valor contábil bruto, sendo os títulos vencidos há mais de cinco anos baixados integralmente. Não é esperada recuperação relevante dos valores baixados, sem prejuízo da adoção de medidas de cobrança.

5.2.2 Movimentação do saldo

	2024	Provisões / Reversões (a)	Baixas	2025
Contas a receber de consumidores faturados	(169.631)	(142.553)	28.985	(283.199)
Parcelamentos	(188.064)	3.759	-	(184.305)
Contas a receber de consumidores não faturados	(2.229)	(7.828)	-	(10.057)
Outros (b)	(9.379)	(13.957)	-	(23.336)
Total	(369.303)	(160.579)	28.985	(500.897)

- (a) A movimentação líquida do exercício gerou um complemento de provisão no montante de R\$ 160.579, com impacto no resultado operacional e financeiro de R\$ 156.137 e de R\$4.442, respectivamente, conforme demonstrado nas demonstrações societárias; e
- (b) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



6 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C) (a)	Outros	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024	Obrigações Especiais brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais líquidas
Distribuição	21.272.759	-	(238.430)	1.722.113	(98.074)	22.658.368	1.483.683	(9.237.610)	13.420.758	12.503.174	(3.651.750)	1.820.290	(1.831.460)
Terrenos	45.039	-	(733)	255	(756)	43.805	(478)	-	43.805	45.039	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	384.638	-	-	5.342	26.674	416.654	5.342	(181.631)	235.023	227.424	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	20.764.333	-	(232.440)	1.715.524	(70.641)	22.176.776	1.483.084	(9.035.879)	13.140.897	12.216.454	-	-	-
Veículos	8.022	-	(5.257)	-	(2.765)	-	(5.257)	-	-	251	-	-	-
Móveis e Utensílios	70.727	-	-	992	(50.586)	21.133	992	(20.100)	1.033	14.006	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.651.750)	1.820.290	(1.831.460)
Administração	194.556	-	(891)	33.095	108.440	335.200	32.204	(222.597)	112.603	41.104	(5.798)	5.566	(232)
Terrenos	12.074	-	-	-	1.388	13.462	-	-	13.462	12.074	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	48.611	-	-	7.411	11.058	67.080	7.411	(40.582)	26.498	16.811	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	29.584	-	(891)	21.455	105.864	156.012	20.564	(97.509)	58.503	8.614	-	-	-
Veículos	2.245	-	-	-	(867)	1.378	-	(1.193)	185	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	102.042	-	-	4.229	(9.003)	97.268	4.229	(83.313)	13.955	3.605	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.798)	5.566	(232)
Subtotal	21.467.315	-	(239.321)	1.755.208	10.366	22.993.568	1.515.887	(9.460.207)	13.533.361	12.544.278	(3.657.548)	1.825.856	(1.831.692)
Ativo imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor bruto em 2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C) (a)	Outros	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024	Obrigações Especiais brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais líquidas
Distribuição	1.328.162	2.361.350	-	(1.722.361)	(13.418)	1.953.733	638.989	-	1.953.733	1.328.162	(74.721)	-	(74.721)
Máquinas e Equipamentos	1.078.858	2.161.553	-	(1.699.640)	(118.083)	1.422.688	461.913	-	1.422.688	1.078.858	-	-	-
Outros	249.304	199.797	-	(22.721)	104.665	531.045	177.076	-	531.045	249.304	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(74.721)	-	(74.721)
Administração	137.903	107.906	-	(31.413)	106	214.502	76.493	-	214.502	137.903	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	42.454	14.444	-	(9.310)	19.029	66.617	5.134	-	66.617	42.454	-	-	-
Outros	95.449	93.462	-	(22.103)	(18.923)	147.885	71.359	-	147.885	95.449	-	-	-
Subtotal	1.466.065	2.469.256	-	(1.753.774)	(13.312)	2.168.235	715.482	-	2.168.235	1.466.065	(74.721)	-	(74.721)
Total do Ativo Imobilizado	22.933.380	2.469.256	(239.321)	1.434	(2.946)	25.161.803	2.231.369	(9.460.207)	15.701.596	14.010.343	(3.732.269)	1.825.856	(1.906.413)

(a) O saldo de R\$ 1.434 é oriundo da transferência do imobilizado para o intangível, vide nota explicativa nº 7 – Intangível;

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação e Amortização acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Em serviço					
Distribuição		22.658.368	(9.237.610)	13.420.758	12.503.174
Custo Histórico	4,42%	15.108.414	(3.769.967)	11.338.447	10.321.970
Correção Monetária Complementar		-	-	-	207.165
Reavaliação		7.549.954	(5.467.643)	2.082.311	1.974.039
Administração		335.200	(222.597)	112.603	41.104
Custo Histórico	3,84%	230.237	(140.635)	89.602	179.152
Correção Monetária Complementar		-	-	-	4.182
Reavaliação		104.963	(81.962)	23.001	(142.230)
Subtotal em serviço		22.993.568	(9.460.207)	13.533.361	12.544.278
Em curso - R\$ Mil					
Distribuição		1.953.733	-	1.953.733	1.328.162
Administração		214.502	-	214.502	137.903
Subtotal em curso		2.168.235	-	2.168.235	1.466.065
Total		25.161.803	(9.460.207)	15.701.596	14.010.343

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é conforme a seguir demonstrada:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Terrenos	22.286	(887)	(310)	(120)	(2.568)	18.401
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.301	49.240	4.044	730	239	57.554
Máquinas e equipamentos	853.629	1.044.329	184.762	68.728	24.549	2.175.997
Móveis e utensílios	1.235	862	(432)	(21)	-	1.644
Veículos	21.918	1.117	-	-	-	23.035
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	1.552	-	-	-	-	1.552
Material em depósito	202.655	-	-	-	-	202.655
Adiantamento a Fornecedores	-	45.070	-	-	-	45.070
Outros	-	-	-	-	(56.652)	(56.652)
Total das adições	1.106.576	1.139.731	188.064	69.317	(34.432)	2.469.256

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
BANCO DE CAPACITORES PARALELO > 69 KV	5,00%
BANCO DE CAPACITORES PARALELO < 69KV	6,67%
CHAVE SECCIONADORA > 69 KV	3,33%
CHAVE SECCIONADORA < 69 KV	6,67%
CHAVE FUSIVEL > 69 KV	3,33%
CHAVE FUSIVEL < 69 KV	6,67%
CHAVE DE ATERRAMENTO > 69 KV	3,33%
CHAVE DE ATERRAMENTO < 69 KV	6,67%
CHAVE TANDEN > 69 KV	3,33%
CHAVE TANDEN < 69 KV	6,67%
CONDUTOR > 69 KV	3,33%
CONDUTOR < 69 KV	6,67%
POSTE	3,57%
TORRE	2,70%
REGULADOR DE TENSÃO > 69	3,45%
REGULADOR DE TENSÃO < 69	4,35%
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO	4,00%
TRANSFORMADOR DE POTÊNCIA	2,86%
Administração central	
EQUIPAMENTO GERAL	6,25%
EQUIPAMENTO GERAL DE INFORMATICA	16,67%
VEICULOS	14,29%
EDIFICAÇÃO	3,33%

O Decreto nº 10.810, de 27 de setembro de 2021, revogou o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, no entanto a Resolução normativa ANEEL nº 948, 16 de novembro de 2021, em seu art. 3º, prever que os Agentes Setoriais devem solicitar prévia anuência do órgão regulador para a desvinculação de bens vinculados aos serviços de energia elétrica. A resolução normativa que

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, em seu art. 4º dispensa da obrigação de que trata o art. 3º, sem prejuízo do controle a posteriori e das sanções previstas em lei, a desvinculação de bens considerados inservíveis à prestação do serviço público de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, bem como à produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, devendo o agente setorial constituir dossiê da desvinculação.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	Total
1	CABO NU AL CAL S/ALMA 740,8MCM FLINT PDE	21.639
2	ESTRUT DT CONC YS2 26M 2450DAN 138KV	13.634
3	TF-P 138-34,5 25/33,3 DYN1 OM LTC PDE	6.901
4	TF-P 138/13,8 25/33,3 DYN1 OM LTC PDE	5.297
5	TF-P 69/34,5 15/20 DYN1 OV LTC MNT	5.197
6	COND CL TENSÃO <69KV ALUM ALMA AÇO NU 1/0 AWG MONO	5.116
7	JUMPER TEMP 15KV 1/0 A 336,4MCM PDE	4.882
8	ESTRUT DT CONC YS2 24M 2300DAN 138KV	4.492
9	TF-P 138/13,8KV 30/40MVA DYN1 LTC	3.593
10	TPI,MOP,138KV,0.6P200,79674-66-66V,G2	3.350
	Total	74.101

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	Total
1	TRAFO FORCA 138kv 13,8kv 25MVA TRIFAS C/COMUT	(4.433)
2	TRAFO FORCA 138kv 34.5kv 20MVA TRIFAS C/COMUT	(3.733)
3	TRAFO FORCA 138kv 13,8kv 25 KVA TRIFAS C/COMUT	(2.759)
4	UM PAINEL PROTEÇÃO DE TRANSFORMADOR UM PAINEL	(1.839)
5	TRAFO FORCA 69kv 34.5kv 7MVA TRIFAS S/COMUT	(1.650)
6	POSTE TRILHO FERRO 10 M 22 (TRILHO)	(1.561)
7	MED ELETROM ENERGIA TRIFASICO N/A S/MOD S/MOD	(1.492)
8	SISTEMA TELEPROTECAO VIA MICROONDAS/FIBRA OTICA	(1.330)
9	CONDUTOR <69KV ALUMINIO NU 336,4 MCM MONOF/UNIP	(1.244)
10	POSTE TRILHO FERRO 10 M 22 (TRILHO)	(1.100)
	Total	(21.141)

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



7 Intangível

Ativo intangível em serviço	Valor bruto em 2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C) (a)	Outros	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Distribuição	161.353	-	(3.158)	6.063	(53.254)	111.004	2.905	(19.305)	91.699	105.764
Servidões	76.368	-	-	6.063	709	83.140	6.063	-	83.140	76.365
Softwares	82.754	-	(3.158)	-	(51.732)	27.864	(3.158)	(19.305)	8.559	27.168
Outros	2.231	-	-	-	(2.231)	-	-	-	-	2.231
Administração	443.709	-	-	283.783	39.308	766.800	283.783	(397.858)	368.942	153.271
Servidões	-	-	-	-	314	314	-	-	314	-
Softwares	443.260	-	-	283.783	39.443	766.486	283.783	(397.858)	368.628	152.822
Outros	449	-	-	-	(449)	-	-	-	-	449
Subtotal	605.062	-	(3.158)	289.846	(13.946)	877.804	286.688	(417.163)	460.641	259.035
Ativo intangível em curso	Valor bruto em 2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C) (a)	Outros	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Distribuição	22.164	35.016	-	(8.088)	(61)	49.031	26.928	-	49.031	22.164
Servidões	860	23.953	-	(5.257)	-	19.556	18.696	-	19.556	860
Softwares	8.794	648	-	(2.831)	22.161	28.772	(2.183)	-	28.772	8.794
Outros	12.510	10.415	-	-	(22.222)	703	10.415	-	703	12.510
Administração	333.098	125.734	-	(283.192)	-	175.640	(157.458)	-	175.640	333.098
Softwares	231.920	123.794	-	-	2.774	358.488	123.794	-	358.488	231.920
Outros	101.178	1.940	-	(283.192)	(2.774)	(182.848)	(281.252)	-	(182.848)	101.178
Subtotal	355.262	160.750	-	(291.280)	(61)	224.671	(130.530)	-	224.671	355.262
Total do Ativo Intangível	960.324	160.750	(3.158)	(1.434)	(14.007)	1.102.475	156.158	(417.163)	685.312	614.297

a) O saldo de R\$ 1.434 é oriundo da transferência do imobilizado para o intangível, vide nota explicativa nº 6 - Imobilizado.

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e Passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

(a) Conta de compensação de variação de custos da "Parcela A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de outubro de 2024 a outubro de 2025, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Homologatória nº 3.544/2025, a ANEEL homologou o resultado da RTA da Companhia, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, com efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores de 18,55%. As novas tarifas estarão em vigor no período de 22 de outubro de 2025 a 21 de outubro de 2026.

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela "A" são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

(b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

(i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

(ii) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 109,6% em 31 de dezembro de 2025 (105,31% em 31 de dezembro de 2024), quando considerada a sobrecontratação involuntária, a cobertura contratual é 106,3%.

(iii) Outros

São demais componentes financeiros elencados no Submódulo 4.4 e 4.4 A do PRORET, quais sejam: i. Garantias financeiras de CCEARs; ii. Penalidade por descumprimento da meta de Universalização; iii. Compensação por violação de limites de continuidade; vi. Descasamento da TUSD Distribuição; v. Recálculo de processo tarifário anterior; e vi. Acordo Bilateral de CCEAR.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A movimentação das contas de ativos financeiros setoriais, bem como a abertura do saldo é o seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	2024	Adição	Amortização	Remuneração	2025	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	350.226	274.088	243.181	70.933	938.428	507.807	430.621	590.392	348.036
Aquisição de Energia - (CVA energia)	96.782	233.402	170.057	23.806	524.047	211.185	312.862	271.186	252.861
Proinfa	2.507	(2.499)	27.468	3.811	31.287	31.287	-	31.287	-
Transporte Rede Básica	116.001	(20.913)	(31.465)	13.019	76.642	60.339	16.303	63.465	13.177
Transporte de Energia - Itaipu	10.476	6.500	(7.653)	595	9.918	3.585	6.333	4.800	5.118
ESS	68.841	(20.442)	(47.817)	3.765	4.347	1.845	2.502	2.325	2.022
CDE	55.619	78.040	132.591	25.937	292.187	199.566	92.621	217.329	74.858
Demais Ativos Financeiros Setoriais	663.228	80.675	121.213	47.189	912.305	578.664	333.641	642.650	269.655
Risco hidrológico	264.100	-	(2.827)	-	261.273	261.273	-	261.273	-
Neutralidade da Parcela A	-	(7.532)	148.273	7.532	148.273	148.273	-	148.273	-
Sobrecontratação de Energia	76.492	(24.564)	101.656	11.275	164.859	158.099	6.760	159.395	5.464
Outros	322.636	112.771	(125.889)	28.382	337.900	11.019	326.881	73.709	264.191
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.013.454	354.763	364.394	118.122	1.850.733	1.086.471	764.262	1.233.042	617.691

A movimentação das contas de passivos financeiros setoriais, é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	2024	Adição	Amortização	Remuneração	Outros	2025	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(385.024)	(2.386)	309.949	(42.439)	-	(119.900)	(26.447)	(93.453)	(109.054)	(10.846)
Aquisição de Energia - (CVA energia)	(297.047)	(81.793)	296.314	(18.077)	-	(100.603)	(18.784)	(81.819)	(99.160)	(1.443)
Proinfa	(9.508)	-	10.025	(547)	-	(30)	(30)	-	(30)	-
Transporte Rede Básica	(9.006)	-	9.006	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	(3.939)	2.481	1.222	236	-	-	-	-	-	-
ESS	(694)	-	(6.618)	(321)	-	(7.633)	(7.633)	-	(7.633)	-
CDE	(64.830)	76.926	-	(23.730)	-	(11.634)	-	(11.634)	(2.231)	(9.403)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(1.089.121)	(144.271)	513.977	(29.899)	(304.161)	(1.053.475)	(607.893)	(445.582)	(693.345)	(360.130)
Neutralidade da Parcela A	(192.434)	(45.218)	190.433	(1.804)	-	(49.023)	-	(49.023)	(9.401)	(39.622)
Sobrecontratação de Energia	-	(32.853)	-	(2.338)	-	(35.191)	-	(35.191)	(6.749)	(28.442)
Ultrapassagem de demanda	(69.455)	(76.619)	69.467	(1.639)	-	(78.246)	(56.664)	(21.582)	(60.804)	(17.442)
Risco hidrológico	(598.616)	-	10.847	(22.162)	-	(609.931)	(275.260)	(334.671)	(339.443)	(270.488)
Outros	(228.616)	10.419	243.230	(1.956)	(304.161)	(281.084)	(275.969)	(5.115)	(276.948)	(4.136)
Total Ativos Financeiros Setoriais	(1.474.145)	(146.657)	823.926	(72.338)	(304.161)	(1.173.375)	(634.340)	(539.035)	(802.399)	(370.976)

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Instituição / linha credora	Juros curto prazo	Principal curto prazo	Total curto prazo	Principal + Juros LP	Saldo total	Adimplente?	Data captação / Repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pqto Juros	Frequência Pqto Juros	Data próxima amortização	Venci-mento final	Frequência de Amortiz.	Sistemá-tica amortização
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	14.028	-	14.028	582.757	596.785	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GO - 4131 - Bofa - USD 70 MM - BRL 384 MM	10.679	-	10.679	390.173	400.852	Sim	22/07/2024	Aval/Fiança	US\$	6,02%	22/01/2026	Semestral	22/07/2027	22/07/2027	Anual	Bullet (final)
GO - 4131 - Scotiabank - USD 35 MM - BRL 189 MM	3.349	-	3.349	192.584	195.933	Sim	18/08/2025	Não há	US\$	4,64%	18/02/2026	Semestral	18/08/2028	18/08/2028	Anual	Bullet (final)
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	361.085	638.760	999.845	13.348.255	14.348.100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GO - Mútuo - CELGPAP - BRL 112 MM	91	16.573	16.664	14.668	31.332	Sim	17/09/2014	Real	Pré	6,80%	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	15/10/2027	Mensal	SAC
GO - CCB - Santander - BRL 180 MM	2.254	-	2.254	180.000	182.254	Sim	29/11/2024	Aval/Fiança	CDI	1,10%	29/05/2026	Semestral	29/11/2027	29/11/2027	Anual	Bullet (final)
GO - 2023/2024 - BNDES - BRL 300 MM - 1ª Lib.	958	16.719	17.677	278.646	296.323	Sim	29/04/2025	Aval/Fiança	IPCA	7,71%	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	15/08/2043	Mensal	SAC
GO - 2023/2024 - BNDES - BRL 610 MM - 2ª Lib.	1.958	34.523	36.481	575.147	611.628	Sim	26/08/2025	Aval/Fiança	IPCA	7,71%	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	15/08/2043	Mensal	SAC
GO - NC - 1ª Emissão Série Única - BRL 600 MM	5.933	600.000	605.933	-	605.933	Sim	05/12/2025	Não há	CDI	0,70%	04/06/2026	Anual	04/06/2026	04/06/2026	Anual	Bullet (final)
GO - DEB - 3ª Emissão Série Única - BRL 1.000 MM	16.166	-	16.166	1.112.540	1.128.706	Sim	08/05/2023	Quirografárias	IPCA	7,10%	15/04/2026	Semestral	15/04/2029	15/04/2031	Anual	Outro
GO - DEB - 4ª Emissão 2ª Série - BRL 480 MM	6.984	-	6.984	528.543	535.527	Sim	27/10/2023	Quirografárias	IPCA	6,44%	15/04/2026	Semestral	15/10/2029	15/10/2031	Anual	Outro
GO - DEB - 4ª Emissão 3ª Série - BRL 720 MM	10.854	-	10.854	792.815	803.669	Sim	27/10/2023	Quirografárias	IPCA	6,68%	15/04/2026	Semestral	15/10/2029	15/10/2035	Anual	Outro
GO - DEB - 5ª Emissão 1ª Série - BRL 2.005 MM	84.944	-	84.944	2.005.522	2.090.466	Sim	03/04/2024	Quirografárias	CDI	1,05%	20/03/2026	Semestral	20/03/2028	20/03/2030	Anual	Outro
GO - DEB - 6ª Emissão 1ª Série - BRL 950 MM	7.614	-	7.614	951.436	959.050	Sim	13/06/2024	Quirografárias	IPCA	6,49%	15/05/2026	Semestral	16/05/2033	15/05/2036	Anual	Outro
GO - DEB - 7ª Emissão 1ª Série - BRL 1.000 MM	63.353	-	63.353	1.000.000	1.063.353	Sim	09/08/2024	Quirografárias	CDI	1,00%	05/02/2026	Semestral	07/08/2028	05/08/2030	Anual	Outro
GO - DEB - 8ª Emissão 1ª Série - BRL 1.392 MM	63.056	-	63.056	1.392.150	1.455.206	Sim	15/09/2024	Quirografárias	CDI	1,00%	16/03/2026	Semestral	15/09/2028	15/09/2030	Anual	Outro
GO - DEB - 8ª Emissão 2ª Série - BRL 800 MM	16.356	-	16.356	810.987	827.343	Sim	15/09/2024	Quirografárias	IPCA	6,65%	16/03/2026	Semestral	15/09/2033	15/09/2036	Anual	Outro
GO - DEB - 9ª Emissão Série Única - BRL 1.000 MM	14.796	-	14.796	1.000.000	1.014.796	Sim	29/11/2024	Quirografárias	CDI	0,92%	25/05/2026	Semestral	25/11/2031	25/11/2031	Anual	Outro
GO - DEB - 10ª Emissão 1ª Série - BRL 750 MM	16.943	-	16.943	783.715	800.658	Sim	09/09/2025	Quirografárias	IPCA	7,32%	15/02/2026	Semestral	15/08/2034	15/08/2037	Anual	Outro
GO - DEB - 10ª Emissão 2ª Série - BRL 750 MM	16.943	-	16.943	783.715	800.658	Sim	09/09/2025	Quirografárias	IPCA	7,32%	15/02/2026	Semestral	15/08/2034	15/08/2037	Anual	Outro
GO - DEB - 11ª Emissão Série Única - BRL 1.300 MM	31.882	-	31.882	1.300.000	1.331.882	Sim	30/10/2025	Quirografárias	CDI	0,65%	15/04/2026	Semestral	15/10/2029	15/10/2032	Anual	Outro
GO - CCAP - DEB - 3ª Emissão Série Única - BRL 1.000 MM	-	(5.018)	(5.018)	(21.743)	(26.761)	Sim	08/05/2023	Não há	Pré	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	15/04/2031	Mensal	Outro
GO - CCAP - DEB - 4ª Emissão 1ª Série - BRL 1.853 MM	-	(8.319)	(8.319)	(23.571)	(31.890)	Sim	07/11/2023	Não há	Pré	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	15/10/2029	Mensal	Outro
GO - CCAP - DEB - 5ª Emissão 1ª Série - BRL 2.005 MM	-	(1.171)	(1.171)	(3.806)	(4.977)	Sim	01/06/2024	Não há	Pré	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	20/03/2030	Mensal	Outro
GO - CCAP - DEB - 6ª Emissão 1ª Série - BRL 950 MM	-	(3.040)	(3.040)	(28.621)	(31.661)	Sim	01/06/2024	Não há	Pré	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	15/05/2036	Mensal	Outro
GO - CCAP - DEB - 7ª Emissão 1ª Série - BRL 1.000 MM	-	(668)	(668)	(2.449)	(3.117)	Sim	29/09/2024	Não há	Pré	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	05/08/2030	Mensal	Outro
GO - CCAP - DEB - 8ª Emissão 2ª Série - BRL 800 MM	-	(1.922)	(1.922)	(18.742)	(20.664)	Sim	31/12/2024	Não há	Pré	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	15/09/2036	Mensal	Outro
GO - CCAP - DEB - 10ª Emissão - BRL 1.500 MM	-	(4.416)	(4.416)	(48.824)	(53.240)	Sim	30/09/2025	Não há	Pré	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	15/08/2037	Mensal	Outro
GO - CCAP - DEB - 9ª Emissão Série Única - BRL 1.000 MM	-	(631)	(631)	(3.100)	(3.731)	Sim	31/12/2024	Não há	Pré	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	25/11/2031	Mensal	Outro
GO - CCAP - DEB - 11ª Emissão - BRL 1.300 MM	-	(213)	(213)	(1.242)	(1.455)	Sim	31/10/2025	Não há	Pré	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	15/10/2032	Mensal	Outro
GO - CCAP - 2023/2024 - BNDES - BRL 1.490 MM	-	(406)	(406)	(6.773)	(7.179)	Sim	29/04/2024	Não há	Pré	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	15/08/2043	Mensal	Outro
GO - CCAP - NC - 1ª Emissão Série Única - BRL 600 MM	-	(334)	(334)	-	(334)	Sim	05/12/2026	Não há	Pré	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	04/06/2026	Mensal	Outro
GO - PPA - Mútuo - CELGPAP - BRL 112 MM	-	(2.917)	(2.917)	(2.758)	(5.675)	Sim	17/09/2014	Não há	Pré	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	15/10/2027	Mensal	Outro
Dívidas Tributárias	3.434	16.079	19.513	22.765	42.278	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parcelamento autorregularização RFB	3.434	16.079	19.513	22.765	42.278	Sim	30/04/2024	Não há	Selic	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	31/03/2028	Mensal	SAC
Dívidas com Fundo de Pensão	-	2.603	2.603	182.558	185.161	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Previdência Privada	-	2.603	2.603	182.558	185.161	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agente do Setor	-	58.012	58.012	-	58.012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	58.012	58.012	-	58.012	Sim	01/07/2016	-	Selic	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	30/06/2026	Mensal	SAC
Diversos	-	1.285	1.285	3.266	4.551	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento	-	1.285	1.285	3.266	4.551	Sim	09/08/2022	Não há	Não há	15,20%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	31/05/2030	Mensal	Price
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	14.028	-	14.028	582.757	596.785											
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	361.085	638.760	999.845	13.348.255	14.348.100											
Arrendamento	-	1.285	1,285	3,266	4,551											
Total empréstimos, financiamentos e debentures	375.113	640.045	1.015.158	13.934.278	14.949.436											
Fundo de Pensão	-	2.603	2,603	182,558	185,161											
Itaipu	-	58.012	58,012	-	58,012											
Tributária	3.434	16.079	19,513	22,765	42,278											

9.1 Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo

Instituição / linha credora	2027	2028	2029	2029+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	390.173	192.584	-	-	582.757
GO - 4131 - Bofa - USD 70 MM - BRL 384 MM	390.173	-	-	-	390.173
GO - 4131 - Scotiabank - USD 35 MM - BRL 189 MM	-	192.584	-	-	192.584
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	217.335	1.491.315	2.234.730	9.404.875	13.348.255
GO - Mútuo - CELGPAR - BRL 112 MM	14.668	-	-	-	14.668
GO - CCB - Santander - BRL 180 MM	180.000	-	-	-	180.000
GO - 2023/2024 - BNDES - BRL 300 MM - 1ª Lib.	16.719	16.719	16.719	228.489	278.646
GO - 2023/2024 - BNDES - BRL 610 MM - 2ª Lib.	34.509	34.509	34.509	471.620	575.147
GO - NC - 1ª Emissão Série Única - BRL 600 MM	-	-	-	-	-
GO - DEB - 3ª Emissão Série Única - BRL 1.000 MM	-	-	370.847	741.693	1.112.540
GO - DEB - 4ª Emissão 2ª Série - BRL 480 MM	-	-	176.181	352.362	528.543
GO - DEB - 4ª Emissão 3ª Série - BRL 720 MM	-	-	-	792.815	792.815
GO - DEB - 5ª Emissão 1ª Série - BRL 2.005 MM	-	668.507	668.508	668.507	2.005.522
GO - DEB - 6ª Emissão 1ª Série - BRL 950 MM	-	-	-	951.436	951.436
GO - DEB - 7ª Emissão 1ª Série - BRL 1.000 MM	-	333.333	333.333	333.334	1.000.000
GO - DEB - 8ª Emissão 1ª Série - BRL 1.392 MM	-	464.050	464.050	464.050	1.392.150
GO - DEB - 8ª Emissão 2ª Série - BRL 800 MM	-	-	-	810.987	810.987
GO - DEB - 9ª Emissão Série Única - BRL 1.000 MM	-	-	-	1.000.000	1.000.000
GO - DEB - 10ª Emissão 1ª Série - BRL 750 MM	-	-	-	783.715	783.715
GO - DEB - 10ª Emissão 2ª Série - BRL 750 MM	-	-	-	783.715	783.715
GO - DEB - 11ª Emissão Série Única - BRL 1.300 MM	-	-	195.000	1.105.000	1.300.000
GO - CCAP - DEB - 3ª Emissão Série Única - BRL 1.000 MM	(5.018)	(5.018)	(5.018)	(6.689)	(21.743)
GO - CCAP - DEB - 4ª Emissão 1ª Série - BRL 1.853 MM	(8.319)	(8.319)	(6.933)	-	(23.571)
GO - CCAP - DEB - 5ª Emissão 1ª Série - BRL 2.005 MM	(1.171)	(1.171)	(1.171)	(293)	(3.806)
GO - CCAP - DEB - 6ª Emissão 1ª Série - BRL 950 MM	(3.039)	(3.039)	(3.039)	(19.504)	(28.621)
GO - CCAP - DEB - 7ª Emissão 1ª Série - BRL 1000 MM	(668)	(668)	(668)	(445)	(2.449)
GO - CCAP - DEB - 8ª Emissão 2ª Série - BRL 800 MM	(1.922)	(1.922)	(1.922)	(12.976)	(18.742)
GO - CCAP - DEB - 10ª Emissão - BRL 1.500 MM	(4.416)	(4.416)	(4.416)	(35.576)	(48.824)
GO - CCAP - DEB - 9ª Emissão Série Única - BRL 1.000 MM	(631)	(631)	(631)	(1.207)	(3.100)
GO - CCAP - DEB - 11ª Emissão - BRL 1.300 MM	(213)	(213)	(213)	(603)	(1.242)
GO - CCAP - 2023/2024 - BNDES - BRL 1.490 MM	(406)	(406)	(406)	(5.555)	(6.773)
GO - CCAP - NC - 1ª Emissão Série Única - BRL 600 MM	-	-	-	-	-
GO - PPA - Mútuo - CELGPAR - BRL 112 MM	(2.758)	-	-	-	(2.758)
Dívidas Tributárias	19.513	3.252	-	-	22.765
Parcelamento autorregularização RFB	19.513	3.252	-	-	22.765
Diversos	1.335	1.202	729	-	3.266
Arrendamento	1.335	1.202	729	-	3.266
Total por dívida					
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	390.173	192.584	-	-	582.757
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	217.335	1.491.315	2.234.730	9.404.875	13.348.255
Arrendamento	1.335	1.202	729	-	3.266
Total empréstimos, financiamentos e debentures	608.843	1.685.101	2.235.459	9.404.875	13.934.278

9.2 Abertura dos ativos financeiros

Instituição/Linha Devedora	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total
Caixa e aplicações financeiras	761.049	30.749	791.798
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	33.240	-	33.240
Aplic. Financ. CDB	6.561	-	6.561
Aplic. Financ. Operações compromissadas	2.413	-	2.413
Caixa e equivalentes de caixa total	42.214	-	42.214
Aplic. Financ. Cotas de fundos de investimento	709.283	-	709.283
Aplic. Financ. Letra Financeira	-	-	-
Aplic. Financ. Títulos Públicos	-	-	-
Aplic. Financ. Fundo aberto	9.552	-	9.552
Investimentos temporários circulante	718.835	-	718.835
Recurso vinculado	-	30.749	30.749
Investimentos temporários não circulante	-	30.749	30.749

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



9.3 Abertura dos instrumentos financeiros derivativos

Instrumento Derivativos	Instituição/ Contraparte	Data Início	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil - Valor Contratado	Fair Value R\$ Mil	Atrelado às Dívidas
Total derivativos						3.610.075	(151.705)	
Swap	XP	13/06/2024	15/05/2036	IPCA + 6,4895% a.a	CDI + 0,30% a.a.	950.000	(95.870)	Sim
Swap	Bank of America	22/07/2024	22/07/2027	USD + 6,0824% a.a.	CDI + 1,20% a.a.	383.600	(13.639)	Sim
Swap	BTG (8ª Emissão 2S)	08/10/2024	15/09/2036	IPCA + 6,6493% a.a	CDI + 0,27% a.a.	800.000	(58.034)	Sim
Swap	Bradesco 300 MM (1ª Liberação BNDES)	29/04/2025	15/08/2043	IPCA + 7,71% a.a	CDI + 0,36% a.a.	300.000	(7.403)	Sim
Swap	Itaú 610 MM (2ª Liberação BNDES)	26/08/2025	15/08/2043	IPCA + 7,71% a.a	CDI + 0,29% a.a.	610.000	(3.515)	Sim
Swap	Scotiabank - USD	18/08/2025	18/08/2028	USD + 4,6370% a.a	CDI + 1,00% a.a.	188.825	(8.132)	Sim
Swap	Itaú 750MM	09/09/2025	15/08/2037	IPCA + 7,3239% a.a	CDI + 0,07% a.a.	188.825	17.453	Sim
Swap	Bradesco 750MM	09/09/2025	15/08/2037	IPCA + 7,3239% a.a	CDI + 0,063% a.a.	188.825	17.435	Sim
Ativo Circulante								
Ativo não circulante							34.888	
Passivo Circulante							(1.154)	
Passivo não circulante							(185.439)	
Efeito Líquido Total							(151.705)	

9.4 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros circulante	Principal circulante	Principal + juros não circulante	Total 2025	Total 2024
(+) Dívida bruta	378.547	717.893	14.325.040	15.421.480	12.697.369
Financ. / Emprést. moeda estrangeira	14.028	-	582.757	596.785	443.405
Financ. / Emprést. moeda nacional	361.085	638.760	13.348.255	14.348.100	11.699.983
Tributária	3.434	16.079	22.765	42.278	55.893
Fundo de Pensão	-	2.603	182.558	185.161	153.558
Arrendamento	-	1.285	3.266	4.551	3.831
Intra-setoriais	-	58.012	-	58.012	174.036
Derivativos a pagar	-	1.154	185.439	186.593	166.663
(-) Ativos financeiros	-	(761.049)	(65.637)	(826.686)	(1.278.845)
Alta liquidez	-	(42.214)	-	(42.214)	(85.029)
Demais aplicações financeiras	-	(718.835)	(30.749)	(749.584)	(1.159.713)
Derivativos a receber	-	-	(34.888)	(34.888)	(34.103)
(+) Dívida líquida	378.547	(43.156)	14.259.403	14.594.794	11.418.524

10 Tributos a recolher

	2025	2024
Circulante		
PIS e COFINS	51.521	38.995
PIS e COFINS Parcelamento (a)	19.513	17.198
ICMS	216.892	87.851
ISS	15.354	10.899
Encargos sociais e outros	33.168	18.938
Total circulante	336.448	173.881
Não circulante		
PIS e COFINS Parcelamento (a)	22.765	38.695
Total não circulante	22.765	38.695
Total	359.213	212.576

(a) Companhia aderiu ao parcelamento da autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023. Este programa oferece condições especiais para regularização de pendências tributárias, permitindo à Companhia quitar seus débitos de forma parcelada e com benefícios fiscais. A companhia optou por utilizar o crédito Prejuízo fiscal e base negativa para abatimento de 50% do débito regularizado, conforme estabelecido pela Lei, e procedeu com devidas contabilizações de baixa diferido.

11 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	2025	2024
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	1.625.314	1.770.191
PECLD	298.137	84.665
Provisões para processos judiciais	521.358	238.308
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	299.687	366.031
Variação cambial e swap	51.579	97.997
Arrendamento mercantil CPC 06 (R2)	111	6991
Obrigações com benefício pós-emprego	20.311	19.033
Outras despesas não dedutíveis	83.221	82.896
Subtotal do ativo	2.899.718	2.666.112
Passivo não circulante		
PECLD	-	(46.985)
Valor novo de reposição - VNR	(100.697)	(427.526)
Reavaliação bens da concessão	(389.876)	-
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(312.641)	(328.406)
Subtotal do passivo	(803.214)	(802.917)
Total	2.096.504	1.863.195

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 286.354 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o lucro do exercício (R\$ 494.697 em 31 de dezembro de 2024).

12 Provisões para litígios

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	563.360	25.671	349.940	29.238
Fiscais	333	50.122	-	47.378
Trabalhistas	1.535.308	92.576	1.353.478	94.092
Regulatório	714	-	4.976	-
Total não circulante	2.099.715	168.369	1.708.394	170.708
Total circulante	770.305	9.478	-	-
Total não circulante	1.329.410	158.891	1.708.394	170.708

12.1 Movimentação dos riscos no exercício

	2024			2025		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	349.940	245.355	(183.773)	(56.179)	208.017	563.360
Fiscais	-	920	(719)	(60)	192	333
Trabalhistas	1.353.478	446.978	(263.194)	(353.553)	351.599	1.535.308
Regulatórios	4.976	-	-	(2.333)	(1.929)	714
Total contingências	1.708.394	693.253	(447.686)	(412.125)	557.879	2.099.715

	2023			2024		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	371.121	148.149	(118.444)	(92.155)	41.269	349.940
Trabalhistas	1.457.777	116.467	(164.498)	(113.500)	57.232	1.353.478
Regulatórios	219.814	75.927	(136.692)	(145.539)	(8.534)	4.976
Total contingências	2.048.712	340.543	(419.634)	(351.194)	89.967	1.708.394

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas no exercício; e
(3) Engloba as atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic e as reversões das referidas atualizações quando aplicável.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2025	2024
Cíveis	1.055.980	2.685.812
Fiscais	662	-
Trabalhistas	43.022	909.226
Regulatórios	8	11
Total	1.099.672	3.595.049

13 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa média anual	Custo histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	3,92%	(2.135.083)	(1.522.465)	(3.657.548)
Participação da União, Estados e Municípios		(31.287)	-	(31.287)
Participação Financeira do Consumidor		(1.221.403)	14.831	(1.206.572)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(73.363)	-	(73.363)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(363)	-	(363)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(16.766)	-	(16.766)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		(215.128)	(15.988)	(231.116)
Outros		(576.773)	(1.521.308)	(2.098.081)
(-) Amortização Acumulada - AIS	3,92%	960.836	865.020	1.825.856
Participação da União, Estados e Municípios		19.609	(43)	19.566
Participação Financeira do Consumidor		435.693	429.029	864.722
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		26.412	15.241	41.653
Programa de Eficiência Energética - PEE		4.106	(3.730)	376
Pesquisa e Desenvolvimento		33.927	63.175	97.102
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		107.868	(89.478)	18.390
Outros		333.221	450.826	784.047
Total		(1.174.247)	(657.445)	(1.831.692)

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações especiais	Valor Bruto em 2024	Adições (A)	Transferências (B)	Reavaliação	Outros	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Em serviço	(3.601.011)	-	(55.090)	-	(1.447)	(3.657.548)	(55.090)	1.825.856	(1.831.692)	(1.966.251)
Participação da União, Estados e Municípios	(31.288)	-	-	-	-	(31.288)	-	19.566	(11.722)	(12.904)
Participação Financeira do Consumidor	(1.108.958)	-	(55.090)	-	(321)	(1.164.369)	(55.090)	864.721	(299.648)	(704.747)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(115.565)	-	-	-	-	(115.565)	-	41.653	(73.912)	(76.776)
Programa de Eficiência Energética – PEE	(363)	-	-	-	-	(363)	-	375	12	(2)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(16.766)	-	-	-	-	(16.766)	-	97.102	80.336	79.815
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(231.116)	-	-	-	-	(231.116)	-	18.390	(212.726)	(222.250)
Outros	(2.096.955)	-	-	-	(1.126)	(2.098.081)	-	784.049	(1.314.032)	(1.029.387)
(-) Amortização acumulada – AIS	1.634.760	128.272	-	61.381	1.443	1.825.856	128.272	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	18.383	1.227	-	(44)	-	19.566	1.227	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	404.211	47.504	-	1.163	411.844	864.722	47.504	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	38.789	2.864	-	-	-	41.653	2.864	-	-	-
Programa de Eficiência Energética – PEE	361	15	-	-	-	376	15	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	96.581	521	-	-	-	97.102	521	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	8.867	8.896	-	627	-	18.390	8.896	-	-	-
Outros	1.067.568	67.245	-	59.635	(410.401)	784.047	67.245	-	-	-
Em curso	(73.207)	(56.604)	55.090	-	-	(74.721)	(1.514)	-	(74.721)	(73.207)
Participação da União, Estados e Municípios	(213)	-	-	-	-	(213)	-	-	(213)	(213)
Participação Financeira do Consumidor	(39.731)	(56.604)	55.090	-	-	(41.245)	(1.514)	-	(41.245)	(39.731)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(492)	-	-	-	-	(492)	-	-	(492)	(492)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(4.247)	-	-	-	-	(4.247)	-	-	(4.247)	(4.247)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(9.735)	-	-	-	-	(9.735)	-	-	(9.735)	(9.735)
Outros	(18.789)	-	-	-	-	(18.789)	-	-	(18.789)	(18.789)
Total	(2.039.458)	71.668	-	61.381	(4)	(1.906.413)	71.668	1.825.856	(1.906.413)	(2.039.458)

As dez principais adições (pelo critério de valor) a obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do bem	Total
1 CI0030081254-Unitização O.E. Doação e Incorporação	(2.441)
2 CI0030058183-Unitização O.E. Doação e Incorporação	(2.366)
3 CI0030028302-Unitização O.E. Doação e Incorporação	(1.961)
4 CI0030028302-Unitização O.E. Doação e Incorporação	(1.961)
5 CI0030039142-Unitização O.E. Doação e Incorporação	(1.713)
6 CI0030082206-Unitização O.E. Doação e Incorporação	(1.701)
7 CI0030142103-Unitização O.E. Doação e Incorporação	(1.357)
8 CI0030072704-Unitização O.E. Doação e Incorporação	(1.347)
9 CI0030057391-Unitização O.E. Doação e Incorporação	(1.322)
10 CI0030071391-Unitização O.E. Doação e Incorporação	(1.177)
Total	(17.346)

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 5.664.952 (R\$ 5.664.952 em 31 de dezembro de 2024), e o capital autorizado é de R\$ 7.500.000 (R\$ 7.500.000 em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal, e sua composição de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	2025		2024	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	282.991.157	99,97	282.965.232	99,96
Outros (minoritários)	76.097	0,03	102.022	0,04
Total	283.067.254	100,00	283.067.254	100,00

Dentro do limite do capital autorizado e das ações ordinárias existentes, independentemente de reforma estatutária, o Conselho de Administração, será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia.

14.2 Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de reserva de capital é de R\$ 3.512.421 (3.511.744 em 31 de dezembro de 2024), composto pelo montante de R\$ 3.507.653 constituído em 2017 mediante a incorporação reversa pela antiga controladora e R\$ 4.768, referente ao reconhecimento de opções outorgadas.

14.3 Outros resultados abrangentes

14.3.1 Reserva de reavaliação

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) até 1º de janeiro de 2008, pelo qual a Companhia decidiu adotar a reavaliação dos bens componentes do ativo imobilizado a valores de mercado, obedecendo os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis deram origem ao saldo credor da reserva de reavaliação no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 832.483 (R\$ 943.157 em 31 de dezembro de 2024) conforme demonstrado abaixo.

	2024	Quota de reavaliação	Baixa	2025
	Reserva de reavaliação	1.429.040	(154.751)	(12.951)
Encargo tributário	(485.883)	52.615	4.413	(428.855)
Total	943.157	(102.136)	(8.538)	832.483

14.4 Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de prejuízos acumulados é de R\$ 4.919.098 (R\$ 4.508.245 em 31 de dezembro de 2024). O aumento no saldo ocorreu devido ao prejuízo do exercício no montante de R\$ 576.092 (lucro de R\$ 239.148 em 31 de dezembro de 2024). Além disso, houve realização da reavaliação regulatória de R\$ 11.281 (R\$ 9.937 em 31 de dezembro de 2024) e reavaliação compulsória regulatória de R\$ 153.958 (R\$ 45.004 em 31 de dezembro de 2024).

15 Receita operacional bruta

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

Receita Operacional Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Fornecimento – Faturado	3.517.903	3.434.593	11.281.166	11.791.438	10.318.051	9.589.193
Residencial	3.060.632	2.975.480	6.529.774	6.553.332	6.012.067	5.349.831
Industrial	7.533	9.477	253.958	363.417	244.882	277.189
Comercial	193.211	194.891	1.449.092	1.717.938	1.550.851	1.600.848
Rural	233.070	231.798	1.665.071	1.684.885	1.433.631	1.320.285
Poder público	19.927	19.384	501.490	531.132	477.215	461.222
Iluminação pública	403	416	564.684	592.213	339.048	317.014
Serviço público	3.127	3.147	317.097	348.521	260.357	262.804
Suprimento Faturado	-	5	-	15.272	374.546	234.626
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	2.161	1.641	5.169.356	4.806.529	10.598.246	1.035.835
Consumidores Livres	-	-	-	-	9.349.148	-
Consumidores Livres	2.161	1.641	5.169.356	4.806.529	1.249.098	1.035.835
(-) Transferências	-	-	-	-	(9.430.174)	-
(-) Trsf. p/ TUSD de consumidores cativos	-	-	-	-	(9.349.148)	-
(-) Trsf. p/ Obrig. espec. do AIC – Ultrapassagem	-	-	-	-	(55.903)	-
Demanda	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf. p/ Obrig. espec. do AIC – Excedente de Reativos	-	-	-	-	(25.123)	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	569.938	449.292
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	870.232	323.621
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(15.847)	22.745
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	623.067	595.715
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	9.317	8.291
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	1.037.726	663.901
Total	3.520.064	3.436.239	16.450.522	16.613.239	14.955.102	12.923.219

16 Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Outorgada efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme demonstrado a seguir:

	2025		2024	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Compra	-	-	(100.857)	(35.475)
Compra estimada	-	-	-	-
Total	-	-	(100.857)	(35.475)
Venda	1.003.825	13.388	847.644	63.284
Venda estimada	261.679	59.216	112.620	7.298
Total	1.265.504	72.604	960.264	70.582

(*) não auditado.

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pela Outorgada que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis Regulatórias a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 01 a 31 de dezembro de 2025, os referidos montantes foram estimados pela Outorgada, com base em seus controles mantidos para essas operações.

17 Pessoal e administradores

	2025	2024
Pessoal	(235.907)	(176.231)
Remuneração	(232.015)	(17.465)
Encargos	(80.332)	(80.743)
Previdência privada – Corrente	(9.252)	(4.036)
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuaria	-	(2.214)
Despesas rescisórias	15.601	(18.308)
Participação nos Lucros e Resultados – PLR	(67.032)	(39.302)
Outros benefícios – Corrente	(84.225)	(101.222)
Estagiários e programa de iniciação ao trabalho	(1.573)	(1.539)
Outros	222.921	88.598
Administradores	(13.208)	(3.981)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(5.540)	(8.521)
Benefícios dos Administradores	(7.668)	4.540
Total	(249.115)	(180.212)

18 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	(810.102)	(249.495)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	171.393	178.399
Alíquota fiscal	34%	34%
Pela alíquota fiscal	(217.161)	(24.173)
Efeitos fiscais sobre:		
Imposto Corrente		
Outras provisões Permanentes	(37.375)	(38.072)
Incentivos P&D	(4.575)	-
Compensações de Prejuízo e Base Negativa	(22.855)	-
Compensações PAT e Licença Maternidade	(960)	-
Prejuízo regulatório	(57.603)	(60.656)
Despesa IRPJ/CSLL corrente anos anteriores	-	(6.054)
Subtotal	(123.368)	(104.782)
Efeitos fiscais sobre:		
Imposto Diferido		
Provisão para riscos judiciais	270.835	(53.395)
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	92.507	(140.000)
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC	(66.344)	6.830
Ajuste a valor presente – AVP	1.740	3.821
SWAP	62.925	(14.116)
Valor novo de reposição – VNR	(30.749)	(25.529)
Reserva de reavaliação	26.856	31.158
Outras provisões	(22.547)	(21.181)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	47	(145)
Despesa IRPJ/CSLL diferido anos anteriores	(185.619)	371.796
Subtotal	149.651	159.239
Total de IRPJ/CSLL correntes	(52.344)	(6.054)
Total de IRPJ/CSLL diferidos (a)	286.354	494.697
Imposto de renda e contribuição social no resultado	234.010	488.643

- (a) A variação refere-se ao reflexo da exclusão da atualização do indébito tributário, conforme o Tema 962 do Supremo Tribunal Federal (STF). Em dezembro de 2024, em conformidade com essa decisão, a Companhia registrou R\$ 356.033 em ativo diferido, referente aos períodos de 2021 e 2022, considerando a inconstitucionalidade da tributação de IRPJ e CSLL sobre a repetição do indébito.

19 Revisão e reajuste tarifários

19.1 Revisão Tarifária Periódica (RTP) 2023

A cada cinco anos, no mês de outubro, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, Encargos setoriais, encargos de transmissão) e a recomposição de parte da Parcela B. As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3.279, de 17 de outubro de 2023, foram reajustadas, em média, 3,54% correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

Neste processo, a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia.

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como: Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

19.2 Reajuste Tarifário Anual (RTA) 2025

No mês de outubro de 2025, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia. As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória nº 3.544, de 21 de outubro de 2025, foram reajustadas, em média, 18,55%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

19.3 Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica – CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- (a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser "blindada". Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- (b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- (c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- (d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



- (e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores (*)
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	19.259.862.700
(2) Índice de Aproveitamento Integral	47.000.171
(3) Obrigações Especiais Bruta	3.499.831.285
(4) Bens Totalmente Depreciados	2.702.894.900
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	13.010.136.344
(6) Depreciação Acumulada	7.843.031.575
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	11.416.831.125
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	28.257.174
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	11.388.573.951
(10) Almojarifado em Operação	10.096.432
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	2.094.158.359
(13) Terrenos e Servidões	88.215.871
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	9.392.727.895
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	3,92%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	509.518.336
(19) WACC real antes de impostos	11,25%
(20) Taxa RGR PLPT	0,08%
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	0,08%
(22) Remuneração de Obrigações Especiais	55.512.891
(23) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+((14)-(15)-(16))*(19)+(22)	1.112.222.957

(*) Valores expressos em unidades de reais.

19.4 Custo anual das instalações móveis e imóveis – CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado de Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.087.642.735
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	489.439.231
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	130.517.128
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	467.686.376
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	52.631.139
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	25.987.088
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	114.550.773
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	193.169.000

19.5 Resumo do reajuste tarifário

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 3 do PRORET, que trata do reajuste tarifário das concessionárias de distribuição de energia elétrica, o reajuste tarifário da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Último IRT (2025) (*)	Receita Verificada (*)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	7.134.430.983	6.612.741.495
1.1. Encargos Setoriais	2.447.149.986	1.857.975.882
TESEE	15.127.662	14.834.079
CDE	1.872.599.540	1.360.600.580
PROINFA	201.835.178	156.986.833
P&D (Eficiência Energética)	90.006.805	84.901.612
O.N.S	267.580.801	-
ESS	-	240.652.778
1.2. Transmissão	1.160.458.633	1.042.859.076
Rede Básica	699.572.708	572.084.937
Rede Básica Fronteira	276.245.237	311.922.419
Rede Básica ONS (A2)	2.209.211	2.066.408
Rede Básica Export. (A2)	5.118.082	4.783.077
MUST Itaipu	41.569.209	41.088.337
Transporte de Itaipu	81.437.693	66.969.824
Conexão	18.334.953	19.070.603
Uso do sistema de distribuição e CCD	35.971.540	24.873.471
1.3. Compra de Energia	3.526.822.364	3.711.906.537
CCCEAR	2.615.022.997	2.608.576.260
Itaipu (tirando as perdas)	459.572.193	547.526.058
Cota Angra I/Angra II	129.579.086	170.012.045
Cotas Lei n.º 12.783/2013	322.648.088	385.792.174
1.4. Receita Irrecuperável	68.924.724	56.544.181
2. PARCELA B	3.736.079.587	3.568.058.811
3. Reposicionamento Econômico	8,98%	-0,85%
4. Componentes Financeiros	2,19%	-5,64%
5. Reposicionamento com Financeiros	11,18%	-6,49%
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	7,37%	10,81%
7. Efeito para Consumidor	18,55%	4,33%

(*) Valores expressos em unidades de reais.

20 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

Notas	2025			2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	42.214	-	42.214	85.029	-	85.029
Consumidores	20.2 2.026.245	72.884	2.099.129	1.833.219	31.815	1.865.034
Concessionárias e permissionárias	20.1 44.506	(44.506)	-	34.200	(34.200)	-
Serviços em curso	20.1 84.250	36.433	120.683	48.538	44.958	93.496
Tributos compensáveis	839.991	-	839.991	874.033	-	874.033
Almoxarifado operacional	70.248	(3.461)	66.787	18.351	(3.461)	14.890
Investimentos temporários	718.835	-	718.835	1.132.207	-	1.132.207
Ativos financeiros setoriais	20.3 1.233.042	(802.399)	430.643	751.812	(751.812)	-
Despesas pagas antecipadamente	20.1 18.126	(18.126)	-	695	(695)	-
Depósitos judiciais e cauções	9.478	-	9.478	-	-	-
Ativos de operação descontinuada e Bens destinados a alienação	82	(82)	-	82	(82)	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	909	(909)	-
Outros ativos circulantes	20.1 580.181	(46.603)	533.578	353.932	(38.204)	315.728
Total do ativo circulante	5.667.198	(805.860)	4.861.338	5.133.007	(752.590)	4.380.417
Não circulante						
Consumidores	63.418	-	63.418	65.247	-	65.247
Serviços em curso	62.357	-	62.357	65.889	-	65.889
Tributos compensáveis	1.353.150	-	1.353.150	1.682.816	-	1.682.816
Depósitos judiciais e cauções	158.891	-	158.891	170.708	-	170.708
Investimentos temporários	30.749	-	30.749	27.506	-	27.506
Tributos diferidos	2.899.718	(415.744)	2.483.974	2.666.112	(416.570)	2.249.542
Ativos financeiros setoriais	20.3 617.691	(370.976)	246.715	261.642	(261.642)	-
Despesas pagas antecipadamente	2.053	(2.053)	-	-	-	-
Bens e Direitos para Uso Futuro	20.6 926	(926)	-	926	(926)	-
Instrumentos financeiros derivativos	34.888	(34.888)	-	33.194	(33.194)	-
Outros ativos não circulantes	20.1 651.815	2.095	653.910	748.962	42	749.004
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20.6 2.797.273	(2.797.273)	-	2.938.307	(2.938.307)	-
Imobilizado	20.5 / 20.6 15.701.596	(15.701.596)	-	14.010.343	(14.010.343)	-
Intangível	20.5 / 20.6 685.312	10.869.154	11.554.466	614.297	10.097.407	10.711.704
Ativo financeiro da concessão	20.4 / 20.6 -	2.436.383	2.436.383	-	1.925.201	1.925.201
Ativos de contrato	20.6 -	2.318.175	2.318.175	-	1.747.377	1.747.377
Direito de uso	20.6 -	4.224	4.224	-	3.643	3.643
Total do ativo não circulante	25.059.837	(3.693.425)	21.366.412	23.285.949	(3.887.312)	19.398.637
Total do ativo	30.727.035	(4.499.285)	26.227.750	28.418.956	(4.639.902)	23.779.054

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Notas	2025			2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	1.200.724	-	1.200.724	1.369.165	-	1.369.165
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.1	1.015.158	(1.285)	1.013.873	(959)	263.650
Obrigações por arrendamentos	20.1	-	1.285	1.285	959	959
Obrigações sociais e trabalhistas	20.1	57.881	5.642	63.523	12.495	83.278
Benefício pós-emprego		2.603	-	2.603	-	2.437
Tributos a recolher	20.1/20.6	336.448	(7.260)	329.188	(12.495)	161.386
Provisão para litígios		770.305	-	770.305	-	-
Encargos setoriais		47.091	(8.113)	38.978	-	61.997
Passivos financeiros setoriais	20.3	802.399	(802.399)	-	(751.812)	375.315
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20.1	-	367.877	367.877	-	204.611
Instrumentos financeiros derivativos		1.154	-	1.154	(909)	814
Contribuição de iluminação pública	20.1	-	74.683	74.683	57.451	57.451
Outros passivos circulantes	20.1	859.393	(64.952)	794.441	(57.451)	587.392
Total do passivo circulante		5.461.033	(802.399)	4.658.634	(752.721)	3.168.455
Não circulante						
Fornecedores		-	-	-	58.012	58.012
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.1	13.934.278	(3.266)	13.931.012	(2.872)	11.879.738
Obrigações por arrendamentos	20.1	-	3.266	3.266	2.872	2.872
Benefício pós-emprego		182.558	-	182.558	-	151.121
Tributos a recolher		22.765	-	22.765	-	38.695
Provisão para litígios		1.329.410	-	1.329.410	-	1.708.394
Encargos setoriais		152.002	-	152.002	-	106.209
Tributos diferidos	20.8	803.214	(803.214)	-	(802.917)	-
Passivos financeiros setoriais	20.3	370.976	(370.976)	-	(261.642)	85.376
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20.1	1.185.992	-	1.185.992	-	1.537.807
Instrumentos financeiros derivativos		185.439	(34.888)	150.551	(33.194)	131.746
Outros passivos não circulantes	20.1	92.642	-	92.642	-	73.068
Obrigações vinculadas à concessão	20.6	1.906.413	(1.906.413)	-	(2.039.458)	-
Total do passivo não circulante		20.165.689	(3.115.491)	17.050.198	(3.137.211)	15.773.038
Patrimônio líquido						
Capital social		5.664.952	-	5.664.952	-	5.664.952
Reserva de capital		3.512.421	-	3.512.421	-	3.511.744
Outros resultados abrangentes	20.5.1	842.038	(809.535)	32.503	(908.928)	10.152
Prejuízos acumulados	20.7	(4.919.098)	228.140	(4.690.958)	158.958	(4.349.287)
Total do patrimônio líquido		5.100.313	(581.395)	4.518.918	(749.970)	4.837.561
Total do passivo e patrimônio líquido		30.727.035	(4.499.285)	26.227.750	(4.639.902)	23.779.054

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Notas	2025			2024			
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		14.955.102	2.992.735	17.947.837	12.923.219	2.473.496	15.396.715
Fornecimento de energia elétrica	20.1/20.6.3	10.887.989	999.564	11.887.553	10.038.485	29.470	10.067.955
Suprimento de energia elétrica		374.546	-	374.546	234.626	-	234.626
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		1.249.098	-	1.249.098	1.035.835	-	1.035.835
Ativos e passivos financeiros setoriais		1.396.426	-	1.396.426	942.081	-	942.081
Serviços cobráveis	20.1	9.317	(9.317)	-	8.291	(8.291)	-
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	20.1	1.037.726	(1.037.726)	-	663.901	(663.901)	-
Outras receitas	20.1	-	332.239	332.239	-	916.597	916.597
Atualização Ativo Financeiro	20.4	-	90.440	90.440	-	75.084	75.084
Receita de construção	20.6.3	-	2.617.535	2.617.535	-	2.124.537	2.124.537
Tributos		(3.230.746)	(2.247)	(3.232.993)	(2.923.192)	(16.660)	(2.939.852)
ICMS	20.1/20.6.3	(2.045.312)	(2.246)	(2.047.558)	(1.838.446)	(451)	(1.838.897)
PIS-PASEP	20.1	(211.367)	(60.502)	(271.869)	(193.495)	(906.987)	(1.100.482)
COFINS	20.1	(973.569)	60.501	(913.068)	(891.251)	891.251	-
ISS	20.1	(498)	-	(498)	-	(473)	(473)
Encargos - Parcela "A"		(1.859.059)	(143.894)	(2.002.953)	(1.372.858)	(228.599)	(1.601.457)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(49.326)	-	(49.326)	(43.136)	-	(43.136)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(49.326)	(25)	(49.351)	(43.136)	-	(43.136)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(1.712.686)	-	(1.712.686)	(1.396.541)	-	(1.396.541)
Taxa de fiscalização		(14.908)	25	(14.883)	(13.371)	-	(13.371)
Outros encargos	20.1	(32.813)	(143.894)	(176.707)	123.326	(228.599)	(105.273)
Receita líquida / Ingresso líquido		9.865.297	2.846.594	12.711.891	8.627.169	2.228.237	10.855.406
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(5.877.639)	(2.617.768)	(8.495.407)	(5.190.991)	(2.124.509)	(7.315.500)
Energia elétrica comprada para revenda		(4.478.151)	(1.399.487)	(5.877.638)	(3.800.397)	(1.390.566)	(5.190.963)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(1.399.488)	1.399.488	-	(1.390.594)	1.390.594	-
Encargos e demais despesas setoriais		-	(234)	(234)	-	-	-
Custo de construção	20.6.3	-	(2.617.535)	(2.617.535)	-	(2.124.537)	(2.124.537)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		3.987.658	228.826	4.216.484	3.436.178	103.728	3.539.906
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(2.715.176)	38.585	(2.676.591)	(2.354.186)	165.885	(2.188.301)
Pessoal e administradores	20.1	(249.115)	826	(248.289)	(180.212)	1.018	(179.194)
Material	20.1	(64.030)	-	(64.030)	(86.565)	465	(86.100)
Serviços de terceiros	20.1	(912.164)	774	(911.390)	(978.371)	(4.445)	(982.816)
Arrendamento e aluguéis	20.1	(8.304)	1.369	(6.935)	(8.221)	6.038	(2.183)
Seguros	20.1	(1.950)	1.950	-	(1.768)	1.768	-
Doações, contribuições e subvenções	20.1	(6.289)	6.289	-	(6.443)	6.443	-
Provisões	20.1	(546.188)	35.863	(510.325)	(114.403)	45.103	(69.300)
Perdas na alienação de bens e direitos	20.1	(243.676)	69.679	(173.997)	(479.608)	479.608	-
(-) Recuperação de despesas	20.1	21.016	(21.016)	-	20.794	(20.794)	-
Tributos	20.1	(11.065)	11.065	-	(8.734)	8.734	-
Depreciação e amortização	20.1/20.5.2	(718.277)	10.024	(708.253)	(450.247)	(231.969)	(682.216)
Gastos diversos	20.1	(192.953)	186.317	(6.636)	(301.783)	237.474	(64.309)
Outras receitas operacionais	20.1	280.622	(186.470)	94.152	152.378	(125.905)	26.473
Outras despesas operacionais	20.1/20.5.2	(62.803)	(78.085)	(140.888)	88.997	(237.653)	(148.656)
Resultado da Atividade		1.272.482	267.411	1.539.893	1.081.992	269.613	1.351.605
Resultado Financeiro		(2.082.584)	(96.018)	(2.178.602)	(1.331.487)	(91.214)	(1.422.701)
Despesas financeiras		(2.924.802)	25	(2.924.777)	(1.956.283)	(115)	(1.956.398)
Receitas financeiras	20.1	842.218	(96.043)	746.175	624.796	(91.099)	533.697
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(810.102)	171.393	(638.709)	(249.495)	178.399	(71.096)
Despesa com impostos sobre o lucro		234.010	51.747	285.757	488.643	(60.655)	427.988
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício		(576.092)	223.140	(352.952)	239.148	117.744	356.892

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

20.1 Reclassificações de apresentação das demonstrações societárias

Diferenças de classificação e apresentação de determinados ativos e passivos, despesas e receitas entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias para atendimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e ao OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Dentre as reclassificações destacam-se a apresentação no societário de: despesas e receitas financeiras setoriais líquidas, reclassificações de saldos de P&D e PEE entre taxas regulamentares e serviços em curso, apresentação de multas por inadimplência como receita operacional, dentre outras.

20.2 Consumidores

Os ajustes realizados são oriundos da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

20.3 Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ajustes são decorrentes de reclassificações acerca da forma de apresentação dos ativos e passivos financeiros que para fins societários, são apresentados líquidos de acordo com o efeito apurado entre circulante e não circulante e que para fins regulatórios são apresentados brutos conforme requer o MCSE.

20.4 Ativos financeiros de concessão

O ajuste refere-se ao ativo financeiro da concessão no âmbito societário, prática conflitante com as regulatórias, decorre da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, bifurcando assim o ativo imobilizado em duas parcelas:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão

do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

20.5 Imobilizado, intangível e obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

20.5.1 Reavaliação compulsória

O ajuste de reavaliação compulsória refere-se à diferença entre o Valor Original Contábil (VOC) e o VNR do ativo imobilizado em serviço, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, em decorrência da última Revisão Tarifária anterior à data de entrada em vigor dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis dos grupos de ativo imobilizado, intangível e obrigações vinculadas ao serviço público de energia, respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

20.5.2 Depreciação e amortização

As divergências entre a depreciação regulatória e a societária referem-se à aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão e, ao registro contábil da reavaliação regulatória pela diferença entre o VOC e o valor do bem avaliado e aprovado pela ANEEL em cada ciclo de revisão tarifária.

20.6 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

20.6.1 Ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Em 23 de novembro de 2015 houve mudança de índice, de IGP-M para IPCA, ocorrida através da Resolução

Normativa nº 686/2015 publicado no Diário Oficial da União. As possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também foram consideradas nessa mudança.

20.6.2 Ativo intangível

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

20.6.3 Receita e custo de construção (resultado)

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

O referido CPC não é aceito na contabilidade regulatória.

20.6.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo VNR, é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

20.7 Prejuízos acumulados

Os ajustes são decorrentes das práticas contábeis divergentes entre a contabilidade regulatória e societária, conforme evidenciado na nota explicativa nº 21 – Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório.

20.8 Tributos diferidos

Refere-se ao tributo diferido pela diferença do resultado, decorrentes do CPC 47 /IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, pois não é aceito pela contabilidade regulatória e da Reavaliação compulsória que não é aceito pela contabilidade societária.

21 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) societário	4.518.918	4.837.561
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	581.395	749.970
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) – Nota explicativa nº 20.5.1	(296.862)	(205.721)
Depreciação e amortização sobre a reavaliação regulatória compulsória (a)	1.226.582	1.342.039
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(348.325)	(386.348)
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) regulatório	5.100.313	5.587.531

- (a) Efeito da reavaliação regulatória não reconhecida na contabilidade societária, para mais detalhes vide notas explicativas nº 20.5.1 – Reavaliação compulsória e 20.5.2 – Depreciação e amortização.

22 Conciliação do prejuízo líquido societário e regulatório

	2025	2024
Prejuízo líquido conforme contabilidade societária	(352.952)	356.892
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(223.140)	(117.744)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) – Nota explicativa nº 20.5.1	(90.440)	(75.084)
Ganhos e Perdas na alienação e desativação	(69.679)	-
Depreciação e amortização sobre a reavaliação regulatória compulsória (a)	(11.274)	(103.315)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(51.747)	60.655
Lucro (Prejuízo) líquido regulatório	(576.092)	239.148

- (a) Efeito da reavaliação regulatória não reconhecida na contabilidade societária, para mais detalhes vide notas explicativas nº 20.5.1 – Reavaliação compulsória e 20.5.2 – Depreciação e amortização.

23 Eventos subsequentes

Liberação de recurso da 12ª (Décima Segunda) Emissão de Debêntures

No dia 13 de fevereiro de 2026, ocorreram as liberações de recursos da 12ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$ 1.600.000. A emissão possui prazo de 12 anos, juros semestrais e amortização anual no 9º ano, 10º ano, 11º ano e 12º ano, sendo remunerada à taxa de IPCA + 6,57% a.a., com operação de swap para CDI -0,7875% a.a.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Vice-presidente

Marcos Antônio Souza de Almeida

Windsor Silva Santos Júnior

Jaconias de Aguiar

João Alberto da Silva Neto

Diretoria Executiva

Lener Silva Jayme
Diretor Presidente

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Fernanda Verzenhassi Sacchi
Diretor

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Agnelo Coelho Neto
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Comitê de Auditoria Estatutário

Tiago Almeida Noel
Coordenador

João Alberto da Silva Neto
Membro

Jorge Roberto Manoel
Membro

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA 011842-O-3 S-GO